



Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.

CNPJ 24.765.823/0001-76

Mensagem aos Acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. submete à apreciação dos Senhores acionistas as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$), permanecendo à disposição para quaisquer informações.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancete Patrimonial					Balancete Patrimonial						
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Ativos/Circulantes											
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.141	80.159	49.461	80.331	Fornecedores	12	26.726	25.589	26.772	25.579
Contas a receber	6	96.711	94.463	96.998	94.492	Empréstimos e financiamentos	13	17.910	44.105	17.910	44.105
Impostos a recuperar		5.025	13.305	5.026	13.305	Passivo de arrendamento	14	15.819	13.492	15.819	13.492
Despesas antecipadas		3.796	1.298	3.796	1.298	Impostos a recolher	16	12.786	21.812	12.965	21.845
Depósitos judiciais	15.1	1.353	1.827	1.353	1.827	Salários e encargos sociais	17	62.784	66.360	62.923	66.376
Outros créditos	7	7.164	11.774	7.167	11.775	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	19.d	2.546	11.053	2.546	11.053
Total dos ativos circulantes		<u>163.190</u>	<u>202.826</u>	<u>163.801</u>	<u>203.028</u>	Provisão para riscos	15	4.681	3.740	4.681	3.740
Não circulantes											
Depósitos judiciais	15.1	2.495	2.497	2.495	2.497	Outras contas a pagar	1.2	11.877	11.256	11.877	11.275
Investimentos	10	8.475	9.030	-	-	Total dos passivos circulantes		<u>155.129</u>	<u>197.407</u>	<u>155.493</u>	<u>197.465</u>
Imobilizado	11	132.423	132.203	132.423	132.203	Não circulantes					
Intangível:						Provisão para riscos	15	2.012	2.099	2.012	2.099
Ágio	8	78.026	78.026	86.279	86.946	Empréstimos e financiamentos	13	53.974	44.540	53.974	44.540
Outros intangíveis	9	13.098	9.752	13.098	9.752	Passivo de arrendamento	14	33.209	40.363	33.209	40.363
Total dos ativos não circulantes		<u>234.517</u>	<u>231.508</u>	<u>234.295</u>	<u>231.398</u>	Impostos a recolher	16	948	-	973	34
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	7.612	6.011	7.612	6.011
						Outras contas a pagar	1.2	-	8.515	-	8.515
						Total dos passivos não circulantes		<u>97.755</u>	<u>101.528</u>	<u>97.780</u>	<u>101.562</u>
						Patrimônio líquido					
						Capital social	19.a	92.834	91.665	92.834	91.665
						Reservas de capital	19.b	42.763	42.683	42.763	42.683
						Reservas de lucros		<u>9.226</u>	<u>1.051</u>	<u>9.226</u>	<u>1.051</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>144.823</u>	<u>135.399</u>	<u>144.823</u>	<u>135.399</u>
						Total dos passivos e do patrimônio líquido					
								<u>397.707</u>	<u>434.334</u>	<u>398.096</u>	<u>434.426</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Reservas de capital		Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio	Reservas de lucros		
		Capital social	Reservas de capital		Legal	acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		88.870	52.683	-	-	(18.431)	123.122
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.535	20.535
Aumento de capital		2.795	-	-	-	-	2.795
Utilização Reserva de Capital		-	(10.000)	-	-	10.000	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	1.027	(1.027)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(6.176)	(6.176)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(4.877)	(4.877)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		91.665	42.683	-	1.027	24	135.399
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.721	10.721
Aumento de capital	19.a	1.169	-	-	-	-	1.169
Constituição de reserva legal	19.c	-	-	-	536	(536)	-
Dividendos propostos	19.d	-	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Opção de compra de ações reconhecidas no exercício	19.b	-	-	-	80	-	80
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		92.834	42.683	-	80	7.663	144.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Companhia" ou "NEO") foi constituída em 10 de maio de 2016. Possui sede na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, 490, Vila Mogilar, Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (i) prestação de serviços de contatos telefônicos, serviços de "call center", implantação de centrais de atendimento para terceiros, recrutamento, treinamento, locação, e fornecimento e gerenciamento e gestão de mão de obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento; telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial; (ii) análise, consultoria, desenvolvimento, implementação, suporte técnico, gerenciamento de sistemas de informática; (iii) locação, sublocação e cessão de espaço físico em imóveis; (iv) locação de infraestrutura em geral, incluindo ou não, equipamentos de telefonia ou informática; (v) atendimento a clientes de forma presencial, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, marketing promocional; (vi) prestação de serviços de correspondente de instituições financeiras; (vii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (viii) prestação de serviços em consultoria em sistemas de gestão documental; (ix) execução de serviços de digitação, digitalização de documentos em geral; (x) prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (xi) prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (xii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e (xiii) consultoria de estratégia digital, equipes de desenvolvimento ágil, análise de dados, "big data", "design thinking" e assessoria em transformação digital; (xiv) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (xv) prestação de Serviços de consultoria, assessoria de informação e validação de identidade pessoal, cadastramento e registro de usuários, inclusive tendo como referência bases de dados biográficos e/ou biométricos de empresas públicas e/ou privadas, inclusive para fins de emissão e registro de certificados digitais. **1.1. Impactos da Covid-19:** A Companhia avalia de forma constante os possíveis riscos inerentes à Covid-19 que possam vir a afetar as operações. Mesmo com uma força de trabalho de forma remota, por meio da sua estrutura e plataforma de tecnologia, as operações dos clientes têm sido conduzidas dentro da normalidade, não havendo mudança em relação aos fornecimentos dos seus serviços. Não foram percebidas perdas potenciais materiais de liquidez, inadimplência ou outros riscos corporativos. Para que seja possível acompanhar os avanços da pandemia em todos os sites, foi montada uma estrutura de comitês de crises com acompanhamento mais frequente dos resultados operacionais e financeiros. As projeções de receitas e fluxo de caixa operacionais da Companhia apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Administração da Companhia acompanha a evolução de todo o contexto econômico no Brasil e global, e caso venha ser necessário, irá adequar as operações de acordo com o volume dos negócios. Neste momento os contratos firmados com clientes não apresentam riscos de serem rescindidos e os recebíveis de não serem quitados no curso normal das operações. **1.2. Aquisição e incorporação de investimentos:** a) **iGree: Aquisição:** Em 24 de agosto de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de 100% das quotas da empresa iGree Informática Ltda. ("iGree"), esse investimento teve o intuito de fortalecimento no mercado de soluções digitais, como: (i) o GetDoc - plataforma de gerenciamento eletrônico de documentos", e (ii) o iGree - plataforma de formalização de acordos digitais. Em cumprimento aos dispositivos do pronunciamento técnico CPC 15 (R1), a Neo contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos intangíveis da iGree. Para os demais ativos e passivos, a Neo, após análises, concluiu que não havia diferenças significativas entre o valor registrado nos livros locais e o valor justo a ser contabilizado. A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos, com base no laudo de avaliação preliminar emitido por esses especialistas, bem como a vida útil estimada e o método de amortização, foram:

	Mais-valia	Vida útil	Método de amortização
Carteira de clientes	488	5 anos	Linear
Software	1.893	De 3 a 5 anos	Linear
Cláusula de não competição	<u>602</u>	4 anos	Linear
	<u>2.983</u>		

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação paga até 31 de dezembro de 2020 4.500
 (+) Ajuste da contraprestação a pagar (i) 10.365
 (-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos (ii):
 Ativos intangíveis (2.983)
 Imposto de renda diferido passivo 1.014
 (-) Patrimônio líquido contábil da iGree na data da aquisição (54)
 Ágio gerado na aquisição 12.842
 (i) Refere-se à contraprestação fixa estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento previstas no contrato até o final do segundo semestre de 2022. O valor foi registrado à rubrica "Demais contas pagar", sendo que até 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$4.500. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo atualizado a pagar é de R\$5.794. (ii) Foi gerado ágio na aquisição da iGree no valor de R\$11.828, que é atribuível à expectativa de rentabilidade futura oriunda das economias de escala esperadas pelas sinergias na combinação das operações da Companhia e da nova controlada. **Incorporação:** Em 1º de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação da controlada iGree Informática Ltda. ("iGree"). De acordo com o laudo de avaliação preparado por consultores independentes, o valor patrimonial contábil do acervo incorporado, estimado com data-base de 1º de novembro de 2020, era de R\$54. O acervo líquido incorporado em 1º de dezembro de 2020 está assim representado:

Ativos Circulantes	Acervo Líquido	Passivos e Patrimônio Líquido Circulantes	Acervo Líquido
Total dos ativos circulantes	1	Total dos passivos circulantes	-
Não Circulantes			
Imobilizado	41	Capital social	54
Intangível:		Total do patrimônio líquido	54
Outros intangíveis	12		
Total dos ativos não circulantes	53		
		Total dos Passivos e de Patrimônio Líquido	54
Total dos Ativos	54		
b) S3ND: Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 100% das quotas da empresa S3ND Tecnologia da Informação Ltda. ("S3ND"), plataforma multicanal - chatbot, whatsapp, e-mail, SMS, telefonia, mensagens de voz - com aprimoramento da experiência do cliente e lealdade da marca através de Inteligência Artificial, Big Data e análise de propensão por canal. A avaliação preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos, com base no laudo de avaliação emitido por especialistas, resultou no reconhecimento provisório de ágio na aquisição, no montante de R\$8.920, alocado na rubrica "Ágio na aquisição de investimentos". Em 2021 a avaliação foi concluída e resultou nos ajustes mencionados no item (ii) mencionados no quadro abaixo:			
Análise do ágio gerado na aquisição			
Contraprestação paga até 31 de dezembro de 2020	3.020		
(+) Ajuste da contraprestação fixa a pagar (i)	5.958		
(-) Patrimônio líquido contábil da S3ND em 30 de novembro de 2020			(58)
(considerado para a aquisição)			<u>8.920</u>
Ágio gerado na aquisição em 31 de dezembro de 2020			
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos (ii):			
Ativos intangíveis	(1.318)		
Reavaliação de ativos e passivos	239		
Imposto de renda diferido passivo	412		
	<u>(667)</u>		
			<u>8.253</u>

Ágio gerado na aquisição em 31 de dezembro de 2021
 (i) Refere-se à contraprestação fixa estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento previstas no contrato até o final do segundo semestre de 2023. O valor foi registrado à rubrica "Demais contas pagar", sendo que até 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$3.020, remanescendo o montante, em 31 de dezembro de 2021, de R\$4.199 a pagar. (ii) Refere-se ao ajuste de preço após conclusão do laudo de PPA preparado por terceiro no montante líquido de R\$667. Sendo, R\$1.318 referente a carteira de clientes, cláusulas de não competição e softwares, e R\$412 referente a provisão de IR e CSLL diferido e R\$239 referente a reavaliação de ativos e passivos. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo. A Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos. A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. **2.3. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **2.5. Critérios de consolidação:** Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia. Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado da controlada e o resultado não realizado, líquido de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas

Demonstração do Resultado					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de serviços	20	605.915	570.873	609.732	571.032
Custo dos serviços prestados	21	<u>(544.003)</u>	<u>(502.818)</u>	<u>(547.327)</u>	<u>(502.923)</u>
Lucro bruto		61.912	68.055	62.405	68.109
Despesas operacionais					
Com vendas	21	(9.340)	(11.533)	(9.340)	(11.533)
Gerais e administrativas	21	(31.140)	(27.019)	(31.141)	(27.023)
Resultado de equivalência patrimonial	10	113	51	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		21.545	29.553	21.924	29.553
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	1.857	1.867	1.864	1.867
Despesas financeiras	22	<u>(11.080)</u>	<u>(10.141)</u>	<u>(11.081)</u>	<u>(10.141)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.322	21.279	12.707	21.279
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	18	-	-	(385)	-
Diferido	18	<u>(1.601)</u>	<u>(744)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>(744)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>10.721</u>	<u>20.535</u>	<u>10.721</u>	<u>20.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro do exercício		10.721	20.535	10.721	20.535
Componentes dos resultados abrangentes:					
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente para o resultado		-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		<u>10.721</u>	<u>20.535</u>	<u>10.721</u>	<u>20.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		10.721	20.535	10.721	20.535
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1.601)	(744)	(1.986)	(744)
Depreciações e amortizações	9 e 11	33.475	25.572	33.475	25.572
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	9 e 11	-	38	-	38
Provisão para riscos, líquida de reversões	15	9.625	5.936	9.625	5.936
Juros sobre empréstimos e impostos parcelados	13	6.558	4.780	6.558	4.780
Custo de financiamento reconhecido no resultado	13	(300)	(319)	(300)	(319)
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados		(4.712)	4.622	(4.712)	4.622
Plano de opção de ações	19.b	80	-	80	-
Resultado de equivalência patrimonial		113	51	-	51
		<u>53.959</u>	<u>60.471</u>	<u>53.461</u>	<u>60.471</u>
Varição de ativos e passivos:					
Contas a receber	6	(2.248)	1.866	(2.496)	1.837
Impostos a recuperar		10.468	(5.679)	10.469	(5.679)
Depósitos judiciais	15.1	476</			

Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.

CNPJ 24.765.823/0001-76

→☆ continuação

dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Consistem principalmente de caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **2.8. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas de créditos:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para perdas esperadas de créditos, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. Após a análise da Administração da Companhia, mensura as provisões para perdas com base na perda de crédito esperada, considerando os últimos 12 meses (exceto, caso de recuperação judicial). O valor da provisão para perdas esperadas de créditos é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.9. Imobilizado:** Edificações, mobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e custos necessários para transporte e instalação e, no caso de ativos qualificáveis em andamento, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. A vida útil estimada dos bens na data-base analisada é conforme segue:

Anos	
Edifícios	40
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Beneficiárias em propriedades de terceiros	6 a 13
Computadores e periféricos	6
Veículos	5

2.10. Ativos Intangíveis: a) Ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior. Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGC). **b) Outros intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **Marcas e patentes:** Apresentados de acordo com a alocação do preço pago a marcas e patentes em combinação de negócios. **Software:** Registrado pelo custo de aquisição e amortizado durante o prazo da licença (cinco anos). **Carteira de clientes:** Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazo de 5 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira.

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC a qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, a menos que o correspondente ativo seja demonstrado ao valor reavaliado, em cujo caso a perda por redução ao valor recuperável é tratada como redução de reavaliação. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, a menos que o correspondente ativo seja demonstrado ao valor reavaliado, em cujo caso a reversão da perda por redução ao valor recuperável é tratada como aumento de reavaliação. **2.12. Arrendamentos:** São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro. Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral da Companhia em relação aos custos de empréstimos. **2.13. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. **2.14. Imposto de renda e contribuição social: 2.14.1. Impostos correntes:** A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **2.14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.15. Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação do serviço prestado, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Prestação de serviços:** A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. **Receita de juros:** A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras. **2.16. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **2.17. Provisões para riscos e depósitos judiciais:** As provisões para riscos e depósitos judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.18. Pagamento baseado em ações:** Reconhecido como despesa no resultado, pelo valor justo, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento a determinadas condições específicas, conforme nota explicativa nº 19.b). **2.19. Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Porém, os passivos financeiros resultantes quanto à transferência de um ativo financeiro não se qualificam para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas. **Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. Esses derivativos incluem contratos de Swap (nota explicativa nº 13.c). A Companhia não adota a prática contábil de hedge accounting em suas operações. **Classificação dos ativos financeiros:** • Custo amortizado: • Valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros - hedge de valor justo. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, exceto pelo capital social. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. Não há passivos classificados nesta categoria. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.20. Normas e interpretações novas e revisadas:** Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. (i) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06 (R2). Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. Em março de 2021, o CFC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022; e c) Não há nenhuma mudança substantiva de outros termos e condições do contrato de arrendamento. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes. **3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Críticas:** Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3.1. Provisão para riscos e processos judiciais: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com segurança. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação dos advogados externos, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. **3.2. Avaliação de instrumentos financeiros:** São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **3.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro, com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 18). **3.4. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** (i) Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros esperados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. (ii) Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores estimados de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único. O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. **3.5. Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada (notas explicativas nº 2.9 e nº 2.10). **4. Gestão de Risco Financeiro: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. **b) Categorias de instrumentos financeiros:**

	2021	2020
Ativos financeiros:		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	715	1.746
Aplicações financeiras	48.746	78.585
Contas a receber	96.998	94.492
	146.459	174.823
Valor justo por meio do resultado:		
Operações 4131 (Swap) (classificado como juros e cambial)	1.367	–
Total	147.826	174.823
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	73.251	88.645
Fornecedores	26.771	25.579
	49.028	53.855
Passivos de arrendamentos	149.050	168.079

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. **Considerações gerais e políticas:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria da Companhia, segundo as políticas de alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. **4.1. Risco de mercado:** a) Risco associado à taxa de juros: O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. b) Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da Companhia de oferecer retorno aos acionistas e outros beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, deduzidos do saldo caixa e equivalentes de caixa) em relação ao patrimônio líquido. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida	(71.884)	(88.645)	(71.884)	(88.645)
Caixa e equivalentes de caixa	49.141	80.159	49.461	80.331
Dívida líquida	(22.743)	(8.486)	(22.423)	(8.314)
Patrimônio líquido	148.124	135.399	148.124	135.399
Índice de endividamento líquido	15,4%	6,3%	15,1%	6,1%

4.2. Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha. A base de clientes da Companhia é bastante concentrada e os dez maiores clientes representam 69,6% da receita bruta do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (67,4% em 2020). A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em contas a receber. **4.3. Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão no curto, médio e longo prazos. A Administração da Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessários, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos em reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Tabela de riscos de liquidez e juros:** As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Menos de 1 ano		De 1 a 5 anos		Vencidos		Total	
	1 ano	5 anos	Vencidos	Total				
Operação de capital de giro	7.233	28.967	–	36.200				
Operação de Swap para CDI	4.190	12.176	–	16.366				
Arrendamento mercantil - (CPC 06)	15.819	33.209	–	49.028				
Arrendamento mercantil financeiro	6.488	12.830	–	19.318				
Fornecedores	26.721	–	5	26.726				
Total	60.451	87.182	5	147.638				

continua →☆



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>



Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.

CNPJ 24.765.823/0001-76

☆ continuação

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures: **Risco CDI**: Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como os empréstimos. O cenário provável

Transação	Risco médio em 31/12/2021		Exposição em 31/12/2021		Projeção em 31/12/2021 (*)		Cenários			
					(50%)	(25%)	(10%)	50%	25%	10%
Operações de Capital de Giro		CDI + 3,2% a.a.	(52.187)	(58.814)	(56.311)	(57.542)	(58.282)	(61.238)	(60.006)	(59.267)
Arrendamento financeiro		CDI + 3,2% a.a.	(19.317)	(21.766)	(20.775)	(21.228)	(21.499)	(22.585)	(22.133)	(21.861)
Aplicações financeiras		98,5% do CDI (média ponderada)	48.601	52.982	50.755	52.477	55.056	53.337	53.982	53.337
Exposição líquida CDI			(22.903)	(27.598)	(26.331)	(26.939)	(27.304)	(28.767)	(28.157)	(27.791)
Ganho (deterioração) comparada à projeção					1.268	660	294	(1.169)	(559)	(193)

(*) Receitas e despesas financeiras projetadas para os próximos 12 meses com base na exposição e taxas de 31 de dezembro de 2021. **5. Caixa e equivalentes de caixa**: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários, líquidos de saldos bancários a descoberto, quando aplicável. Estão representados por:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	540	1.574	715	1.746
Aplicações financeiras (*)	48.601	78.585	48.746	78.585
Total	49.141	80.159	49.461	80.331

(*) São remuneradas por uma taxa média de 98,5% (97,0% em 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. Contas a receber: a) Composição:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber faturadas	44.593	56.673	44.606	56.702
Contas a receber a faturar	54.119	40.524	54.393	40.524
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(2.001)	(2.734)	(2.001)	(2.734)
Total	96.711	94.463	96.998	94.492

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 57 dias em 31 de dezembro de 2021 (55 dias em 2020). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo a pagar. A provisão para perdas esperadas de créditos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber. As despesas de provisão para perdas esperadas de créditos foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento, líquidas das provisões:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	93.212	86.882	93.499	86.911
Vencidas:				
Até 30 dias	1.498	4.687	1.498	4.687
De 31 a 60 dias	-	108	-	108
De 61 a 90 dias	-	52	-	52
De 91 a 180 dias	-	-	-	-
Acima de 180 dias	2.001	2.734	2.001	2.734
Total	96.711	94.463	96.998	94.492

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme demonstrada abaixo:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019				(2.734)
Adições				-
Baixas por perda efetiva				-
Reversões por recuperação				-
Saldo em 31 de dezembro de 2020				(2.734)
Adições				733
Baixas por perda efetiva (*)				-
Reversões por recuperação				-
Saldo em 31 de dezembro de 2021				(2.001)

(*) Baixa referente a recuperação judicial da Editora Abril.

7. Outros Créditos:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Retenções de clientes (*)	2.748	6.190	2.748	6.190
Antecipação a colaboradores (salários e férias)	3.991	2.998	3.994	2.998
Adiantamento a fornecedores	425	2.586	425	2.587
Total	7.164	11.774	7.167	11.775

(*) Refere-se a retenções de clientes (caução), conforme previsão contratual. As retenções são liberadas apenas no término dos contratos e possuem como objetivo atrelar a prestação de serviço acordada.

8. Ágio na Aquisição de Investimentos:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo:				
TIVIT Investimentos (líquido) - Softway (a)	64.842	64.842	64.842	64.842
iGree (b)	12.842	12.842	12.842	12.842
S3ND (c)	-	-	8.253	8.920
Outras	342	342	342	342
Total	78.026	78.026	86.279	86.946

(a) O valor registrado refere-se ao ágio de R\$64.842 gerado na então controladora TIVIT Investimentos, em decorrência da aquisição da Companhia em 1º de agosto de 2007, empresa incorporada pela Companhia durante o ano de 2007. (b) Refere-se à incorporação da iGree, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2. (c) Refere-se à aquisição da S3ND, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2. A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar. A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pelo qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levadas em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição. **Premissas-chave:** As premissas-chave consideradas para o teste de "impairment", ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes: • Volume de vendas - prestação de serviços. • Margem LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). • Dispendio anual para investimentos (Capex). • Taxa de desconto. **Volume de vendas - prestação de serviços:** O volume de vendas - prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2021, na expectativa de crescimento da economia. Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda - prestação de serviços são:

	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de crescimento	12,3%	7,5%	6,0%	5,0%	5,0%

Margem LAJIDA: A margem LAJIDA para o ano de 2022 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para o período de 2023 a 2026, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita. **Dispendio anual para investimentos (Capex):** Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2022, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e para os demais períodos projetados ficou em média 3,9% da receita líquida.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa: Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2026), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento, considerando para o período perpétuo 5,0% de crescimento (utilizado no último ano da projeção). **Taxa de desconto:** O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar. Com base nestas indicações o WACC foi de 12,77%. A Administração da Companhia optou pelo período de cinco anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro. As estimativas foram efetuadas em termos nominais. Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos. Os testes realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não indicaram necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos.

9. Outros Intangíveis:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo	55.349	46.925		
Amortização acumulada	(42.251)	(37.173)		
Total	13.098	9.752		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de dezembro de 2021. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Adições				
Incorporação (i)	3	1.288	398	322
Transferências		(2)		(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3	46.202	398	322
Adições (ii)		7.205	175	30
Reclassificação		644	204	166
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3	54.051	777	518

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, está assim representada:

	Controladora e Consolidado			
	Marcas e patentes	Software	Cláusula não competição	Carteira de clientes
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2019		38.669		
Adições		6.247		
Incorporação (i)	3	1.288	398	322
Transferências		(2)		(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3	46.202	398	322
Adições (ii)		7.205	175	30
Reclassificação		644	204	166
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3	54.051	777	518
Amortização				
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(35.676)		(35.676)
Despesas de amortização		(1.448)	(13)	(8)
Incorporação		(28)		(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(37.152)	(13)	(8)
Despesas de amortização		(4.780)	(189)	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(41.932)	(202)	(117)
Total líquido	3	12.119	575	401

i. Refere-se à incorporação da iGree, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2. ii. Refere-se à aquisição da S3ND, sendo o valor justo dos ativos adquiridos no montante total de R\$1.318, conforme nota explicativa nº 1.2.

10. Investimentos:

	Controladora em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2021	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas (*)		222		110
Ágio na aquisição de investimento		8.253		8.920
Total	8.475	9.030		

(*) Refere-se à aquisição da S3ND, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2.

Informações dos saldos para o exercício findo 31 de dezembro de 2021:

	S3ND em 31 de dezembro de 2021:
Capital social	5
Percentual de participação	100,00%
Patrimônio líquido	222
Lucro do exercício	113

11. Imobilizado:

	Controladora e Consolidado em 31/12/2021		Consolidado em 31/12/2020	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo				
Terrenos	3.270	-	-	3.270
Edificações	7.419	-	-	7.419
Direitos de uso - edificações	44.245	49.630		
Benefitorias	36.267	37.349		
Computadores e periféricos	24.921	18.041		
Móveis e utensílios	7.809	7.216		
Máquinas e equipamentos	7.539	8.415		
Edificações	6.450	6.590		
Terrenos	3.270	3.270		
Instalações	1.593	1.336		
Direito de uso - veículos	307	131		
Direito de uso - máquinas e equipamentos	22	225		
Total	132.423	132.203		

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está assim representada:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências
Custo:				
Terrenos	3.270	-	-	-
Edificações	7.419	-	-	-
Direitos de uso - edificações	72.506	-	-	1.163
Instalações	3.361	193	-	-
Móveis e utensílios	20.566	524	-	8
Benefitorias	94.377	2.079	-	-
Máquinas e equipamentos	22.964	1.452	-	(8)
Direito de uso - máquinas e equipamentos	812	-	-	-
Computadores e periféricos	42.871	5.817	-	2
Veículos	243	(126)	-	-
Direito de uso - veículos	525	-	-	-
Total	268.914	10.065	(126)	2

Adoção Inicial IFRS 16 (b) (a) 2020

	Controladora e Consolidado em 31/12/2020			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências
Depreciação acumulada:				
Edificações	(689)	(140)	-	-
Direitos de uso - edificações	(12.605)	-	-	(11.434)
Instalações	(2.060)	(158)	-	-
Móveis e utensílios	(13.131)	(764)	-	-
Benefitorias	(53.889)	(5.218)	-	-
Máquinas e equipamentos	(14.050)	(1.949)	-	(6)
Direito de uso - máquinas e equipamentos	(284)	-	-	(303)
Computadores e periféricos	(26.755)	(3.916)	-	-
Veículos	(181)	(24)	88	-
Direito de uso - veículos	(197)	-	-	(197)
Total	(123.841)	(12.169)	88	(11.934)

Adoção Inicial IFRS 16 (b) (a) 2020

	Controladora e Consolidado em 31/12/2020			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências
Custo:				
Terrenos	3.270	-	-	3.270
Edificações	7.419	-	-	7.419
Direitos de uso - edificações	73.669	8.896	-	82.565



Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.

CNPJ 24.765.823/0001-76

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Controladora e Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.169
Adições	5.936
Pagamentos	(5.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.839
Adições	9.625
Pagamentos	(8.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.693

15.1. Depósitos judiciais: Foram realizados depósitos recursais vinculados aos processos trabalhistas e previdenciários. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de depósitos judiciais é de R\$3.848 (R\$4.324 em 31 de dezembro de 2020).

Controladora e Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas e previdenciárias	3.848
Total	3.848
Circulante	1.353
Não circulante	2.495

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ISS	3.790	15.801	3.799
Cofins	2.058	1.538	2.072
INSS	2.036	1.586	2.036
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.464	1.063	1.473
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	3.556	1.012	3.556
PIS	527	426	530
Outros	303	386	472
Total	13.734	21.812	13.938
Parcela do circulante	12.786	21.812	12.965
Parcela do não circulante	948	-	973

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano de 2020, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota correspondente à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias e encargos sociais	31.798	32.365	31.859
Salários e encargos sociais	22.720	21.512	22.797
Participação nos resultados	4.437	8.394	4.437
Outros	3.829	4.089	3.830
Total	62.784	66.360	62.923

18. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que haverá lucro futuro tributável disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos.

Controladora e Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:	
Prejuízo fiscal e base negativa	11.675
Provisão para fornecedores	891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	680
Provisão para bônus	1.252
Provisão para horas extras	413
Provisão SAT	322
Provisão para contingências tributárias	684
Provisão para contingências trabalhistas	1.592
Provisão diferença de taxa de depreciação	1.364
Provisão para Plano de opção de compra de ações	41
Outros	61
Total	18.975

Controladora e Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	
Ágio Softway (i)	22.163
Arrendamentos	3.321
Mais-valia de aquisição - iGree (nota explicativa nº 1.2)	733
Mais-valia de aquisição - S3ND (nota explicativa nº 1.2)	370
Diferença de taxa de depreciação	-
Total	26.587
Saldo líquido, passivo	7.612

(i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações da ex-controlada Softway. a) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Controladora		Consolidado	
Ativo	Passivo	Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.975	24.968	6.011
Adições	2.106	2.553	447
Baixas	(2.088)	(934)	1.154
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.975	26.587	7.612

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.322	21.278	12.707
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e da CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(4.189)	(7.235)	(4.320)
Bônus - estatutários	(253)	-	(253)
Efeito tributário lucro presumido (*)	-	-	(216)
Brindes e doações	(61)	(61)	(61)
Equivalência patrimonial	38	17	-
Juros sobre capital próprio	-	2.100	-
Lei do bem (Lei 11.196/05)	2.240	2.955	2.240

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Digital (P&D)	589	1.455	589
Outros	35	25	35
Total do IRPJ e da CSLL reconhecido no resultado do exercício	(1.601)	(744)	(1.986)
Corrente	-	-	(385)
Diferido	(1.601)	(744)	(1.601)

(*) A apuração consolidada da taxa efetiva inclui as controladas que são optantes pelo regime de Lucro Presumido, regime de competência.

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$92.834 e está dividido em 131.369.569 ações ordinárias e 744.206 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Número de ações	2021 %
SC BPO Fundo de Investimento em Participações		
Multiestratégia	70.042.656	53,02%
Luiz Roberto Novaes Mattar	61.326.913	46,42%
Ações preferenciais	744.206	0,56%
Total	132.113.775	100,00%

Em 04 de março de 2021 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração - RCA o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$1.169, mediante a subscrição e integralização pela companhia de 744.206 ações preferenciais em decorrência do exercício de opções de compra de ações. O aumento de capital foi mediante capital próprio dos beneficiários. Após o aumento, o capital social passou de R\$91.665 para R\$92.834, representado por 131.369.569 ações ordinárias e 744.206 ações preferenciais. **b) Reserva para plano de opção de compra de ações:** No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de março de 2021, determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Beneficiários") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia. O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas") e terá amplos poderes para implementar e administrar o Plano, bem como para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo, mas não se limitando, a: (i) selecionar os Individuos Elegíveis e outorgar a eles o direito de aquisição de determinado número de Ações, estabelecendo todas as condições associadas, bem como alterar tais condições, desde que referidas alterações não acarretem prejuízos financeiros ao Beneficiário; (ii) aplicar os termos e condições gerais e específicos para cada Outorga; (iii) aprovar os Contratos a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Individuos Elegíveis, que, assim, se tornarão Beneficiários, observadas as diretrizes do Plano; (iv) determinar a recompra pela Companhia de Ações do Beneficiário, observadas as regras deste Plano e dos Contratos; (v) regulamentar hipóteses adicionais de saída dos Beneficiários e determinar os respectivos preços de venda das Ações; e (vi) tomar as medidas necessárias para solucionar as dúvidas relacionadas à aplicação do Plano, inclusive com relação a potenciais conflitos que possam ser suscitados entre este Plano e os Contratos. O preço de exercício fixado, desde a data da outorga até a data do efetivo pagamento, tem como prazo final do Período de Carência em 1º de junho de 2024. O exercício das Opções poderá ser antecipado integralmente em caso de ocorrência de um "Evento de Liquidez". As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia. O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e programa	No exercício findo em 2021	Valores a registrar em exercícios futuros
17 de março de 2021 - Primeiro Programa	80	280
Total	80	280

A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	Primeiro Programa
Total de opção de compra de ações	1.116.307
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2021	1.116.307

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Primeiro Programa
Data da outorga	17/03/21
Início do prazo de exercício das opções	01/06/22
Término do prazo de exercício das opções	31/07/24
Taxa de juros livre de risco	11,84% a 11,64%
Volatilidade	28,32%
Número de administradores e executivos elegíveis	12
Número de opções em aberto	1.116.307

c) Reserva legal: Em 31 de dezembro de 2020, a reserva legal foi constituída com a aplicação de 5% sobre o resultado do exercício, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída reserva legal no montante de R\$536. Em 31 de dezembro de 2020, a reserva legal foi constituída com a aplicação de 5% sobre o resultado do exercício, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituída reserva legal no montante de R\$1.027. **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, após a constituição da reserva legal de 5%, no montante de R\$536 sobre o lucro líquido, foram destinados R\$2.546 para dividendos propostos. **e) Reserva de capital:** As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia, referem-se a valores destinados a reforçar o capital, não tendo em contrapartida, qualquer obrigação da empresa em termos de entrega de bens ou prestação de serviços.

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços prestados	672.229	633.098	676.273
Impostos sobre serviços prestados (i)	(66.314)	(62.225)	(66.541)
Receita líquida de serviços	605.915	570.873	609.732

A Companhia presta serviços de diversos tipos a seus clientes, conforme descrito na nota explicativa nº 1, sendo a principal linha de negócios da Companhia a receita com serviços de atendimento, os demais serviços prestados pela Companhia incluem serviço de "back office", mídias sociais, cobrança dentre outros relacionados ao objeto social da Companhia. (i) Referem-se ao PIS, COFINS, INSS e ao ISS incidentes sobre os serviços prestados.

21. Custos e Despesas Operacionais - por Natureza:

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	449.273	417.015	450.052
Depreciações e amortizações	33.475	25.572	33.475
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	31.421	33.454	33.071
Despesas com ocupação	20.269	18.420	20.269
Telefonia, conectividade e "link"	9.964	8.532	10.418
Aluguel	2.770	3.825	2.770
Serviços de terceiros	13.753	12.307	13.951
Viagens	753	843	753

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos e despesas referentes a processos trabalhistas	6.016	5.936	6.016
Outros custos e despesas, líquidas	16.789	15.466	17.033
Total	584.483	541.370	587.808

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	544.003	502.818	547.327
Despesas com vendas	9.340	11.533	9.340
Despesas gerais e administrativas	31.140	27.019	31.141
Total	584.483	541.370	587.808

22. Resultado Financeiro:

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.856	1.250	1.863
Outras receitas	1	616	1
Total	1.857	1.866	1.864
Despesas financeiras:			
Juros passivos	(6.601)	(4.461)	(6.601)
Juros de arrendamento	(4.172)	(4.869)	(4.172)
Despesas bancárias	(263)	(444)	(264)
Outras despesas	(44)	(367)	(44)
Total	(11.080)	(10.141)	(11.081)
Resultado financeiro	(9.223)	(8.275)	(9.217)

23. Remuneração dos Administradores: Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$3.682 (R\$2.414 em 31 de dezembro de 2020), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo a empregados:	
Salários	2.277
Bônus	1.176
Outros benefícios	229
Total	3.682

24. Obrigações e Compromissos: Os principais compromissos assumidos pela Companhia são: • Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica da Companhia para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. O contrato de compra de energia (mercado livre), teve início em outubro de 2016, com vigência até dezembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos relacionados a esse contrato foram de R\$4.369 (R\$4.155 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram apropriados ao resultado. Adicionalmente a administração assinou em abril de 2021 um novo contrato que se inicia em 2022 com vigência até 2026 no valor total de R\$ 12.720. **Fianças bancárias:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Controladora e consolidado		
Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
Garantias destinadas a aluguéis	16.228	12.366
Garantias judiciais	4.502	7.419
Garantias para clientes (*)	6.926	13.481
Garantias outras	1.584	789
Total	29.240	34.055

(*) Garantia de fiel cumprimento das obrigações do tomador prevista em contrato e para cobertura de possíveis ações trabalhistas e previdenciárias. **25. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização	
		2021	Vencimento
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	77.663	31/12/2022
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	25.000	31/12/2022
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	5.000	15/01/2023
Automóveis	Cobertura básica	99	31/10/2022
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	75.000	06/06/2022

26. Itens que não Afetam o Caixa:

Controladora e Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	1.061
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	8.459
Provisão de dividendos	2.546
Provisão de juros sobre capital próprio	-
Total	12.066

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria em 06 de abril de 2022.

Eraldo Dante de Paola - Diretor-Presidente

Fabio Lopez Blanco Alvarez - Diretor Financeiro

Janaina Araujo de Souza - CRC: SP-276789/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras,

a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável